

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Portaria n.º 112/2020 de 14 de agosto de 2020

Na Região Autónoma dos Açores, a pesca dos imperadores (*Beryx spp.*) desenvolve-se tradicionalmente no âmbito de uma pescaria artesanal de anzol de características multiespecífica, dirigida a um conjunto de espécies demersais e de profundidade.

A Portaria n.º 161/2017, de 15 de maio, que estabelece a chave de repartição da quota de imperadores (*Beryx spp.*) atribuída pela regulamentação europeia a Portugal nas águas da União e águas internacionais das subzonas III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XII e XIV, do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM) pela frota registada no Continente e pela frota registada na Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 2.º, que aquela quota é repartida pelo conjunto das embarcações nacionais, de acordo com o porto de registo, cabendo 85 % da quota total às embarcações registadas em portos da Região Autónoma dos Açores.

Neste enquadramento, foi publicada a Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro, que fixou máximos de volumes de capturas para fins comerciais, da unidade populacional de imperadores, *Beryx spp.*, na Região Autónoma dos Açores.

Através da Portaria n.º 87/2019, de 23 de dezembro, que procedeu à primeira alteração à Portaria n.º 161/2017, de 15 de maio, veio ajustar os máximos de captura fixados para a Região Autónoma dos Açores, atendendo à disponibilidade e preservação do recurso em causa, bem como ao consumo sustentável das respetivas possibilidades de captura na Região.

Agora, a pedido do setor, cumpre, aquando da interdição da pesca dirigida ao Alfonsim (*Beryx splendens*), permitir a respetiva captura acessória, até 5% do total de imperador (*Beryx decadactylus*) descarregado por embarcação, permitindo, desta forma, uma melhor gestão económica do recurso.

Neste contexto, a presente portaria procede à segunda alteração à Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro, que fixa os máximos de volumes de capturas para fins comerciais, da unidade populacional de imperadores, *Beryx spp.*, na Região Autónoma dos Açores.

Foi ouvida a Federação das Pescas dos Açores, que emitiu parecer favorável.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, nos termos da alínea a) do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, que aprova a Orgânica do XII Governo Regional dos Açores, conjugado com o n.º 1 e alínea h) do n.º 2 do artigo 9.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de julho, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2020/A, de 13 de abril, o seguinte:

Artigo 1.º

Segunda alteração à Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 87/2019, de 23 de dezembro

O artigo 3.º da Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 87/2019, de 23 de dezembro, que fixa o limite máximo de captura, para fins comerciais, da unidade populacional de imperadores, *Beryx spp.*, por maré e por ano, na Região Autónoma dos Açores, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 – [...].

2 - [...].

3 – Quando atingida 70% da possibilidade de pesca da unidade populacional de *Beryx spp.* atribuída à Região Autónoma dos Açores, é interdita a pesca dirigida ao Alfonsim (*Beryx splendens*), sendo apenas permitida a respetiva captura acessória até 5% do total de imperador (*Beryx decadactylus*) descarregado por embarcação, em cada maré de pesca.»

Artigo 2.º

Republicação da Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 87/2019, de 23 de dezembro

A Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 87/2019, de 23 de dezembro, é republicada no anexo á presente portaria, que dela faz parte integrante.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assinada em 11 de agosto de 2020.

O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, *Gui Manuel Machado Menezes*.

Anexo

Republicação da Portaria n.º 93/2017, de 14 de dezembro

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria fixa o limite máximo de captura, para fins comerciais, da unidade populacional de imperadores, *Beryx spp.*, por maré e por ano, na Região Autónoma dos Açores, sem prejuízo dos tamanhos mínimos e períodos de defeso, fixados por regulamentação própria.

Artigo 2.º

Âmbito

A presente portaria aplica-se a todas as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º

Máximos de captura

1 – O limite máximo de captura do conjunto da unidade populacional identificada no artigo 1.º, por maré, por cada embarcação de pesca registada nos portos da Região Autónoma dos Açores, é de 1% da quota atribuída, em cada ano, à Região.

2 - O limite máximo de captura do conjunto da unidade populacional identificada no artigo 1.º, por ano, por cada embarcação de pesca registada nos portos da Região Autónoma dos Açores, é de 5% da quota atribuída, em cada ano, à Região.

3 – Quando atingida 70% da possibilidade de pesca da unidade populacional de *Beryx spp.* atribuída à Região Autónoma dos Açores, é interdita a pesca dirigida ao Alfonsim (*Beryx splendens*), sendo apenas permitida a respetiva captura acessória até 5% do total de imperador (*Beryx decadactylus*) descarregado por embarcação, em cada maré de pesca.

Artigo 4.º

Portos de descarga

Tendo em vista o controlo permanente dos volumes de capturas da espécie em consideração no âmbito da presente portaria, as embarcações de pesca registadas no arquipélago dos Açores efetuam todos os desembarques das capturas de imperadores, *Beryx spp.*, obrigatoriamente, nos portos de descarga da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 5.º

Controlo das capturas

1 - O volume de capturas de imperadores, *Beryx spp.*, é aferido com base nos registos de primeira venda de pescado, disponibilizados semanalmente por meios eletrónicos, pela Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. aos serviços do departamento do Governo Regional com competência em matéria de pescas.

2 – A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. afixa semanalmente, nas lotas da Região Autónoma dos Açores, os dados estatísticos respeitantes à execução da quota.

3 – A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. deve fornecer, a pedido de qualquer armador interessado, dados estatísticos referentes às quantidades de imperador, *Beryx spp.*, desembarcadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, pelas embarcações de pesca de que aquele seja proprietário ou armador.

4 – O membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode, após a análise dos dados referidos nos números anteriores, alterar, a qualquer momento, os limites máximos previstos no artigo 3.º, não constituindo aqueles quaisquer direitos adquiridos dos armadores ou proprietários das embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 6.º

Infrações

As infrações ao disposto na presente portaria são punidas de acordo com o estabelecido no Capítulo XII do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de junho, as infrações cometidas.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.